

## UM ENEATEUCO?

Discussões histórico-sociais sobre uma hipótese literária

Haroldo Reimer

## Resumo:

O artigo procura apresentar e discutir a possibilidade da existência de um Eneateuco como obra compósita representativa e integrativa das principais tradições do povo hebreu; a obra teria surgido durante o período do exílio com conclusão no pós-exílio, em Judá, marcadamente em perspectiva sacerdotal. Circunstâncias relativas à política dos dominadores persas levaram à cesura da obra em duas partes distintas: o Pentateuco e os Profetas.

## Abstract:

This article tries to present and discuss the possibility of the existence of an Enneateuch, as a composite work which represents and integrates the main traditions of the Hebrew people. The work would have appeared during the exilic times but would have been concluded in the post-exilic times, in a clear priestly perspective. Circumstances relative to the politics of the Persian rulers led to the division of the work in two distinct parts: the Pentateuch and the Prophets.

Atualmente é aceito na pesquisa histórico-social da Bíblia que o Pentateuco ou a Torá teve o seu momento redacional ou compositório decisivo no período do pós-exílio, ou seja, durante o período da dominação dos persas sobre toda a região do Antigo Oriente Próximo e em especial sobre a pequena Província de Yehud no século V a.C. Admite-se que a dominação dos persas e sua política de ‘relativa autonomia’ no que tange à reorganização própria das províncias dominadas pode ter desempenhado um papel importante no processo de reunião de materiais e tradições diversas para a composição de uma obra representativa dos diversos setores do ‘povo judeu’ da época. Fala-se neste sentido da ‘autorização persa’ ou do ‘decreto persa’ como determinantes para a existência e a formatação de tal obra. A menção em Ed 7,14 da lei do Deus dos céus trazida por Esdras seria o sinal mítico-histórico para este processo e momento autorizativo. Esta obra passou a ser o documento representativo dos diversos agrupamentos sociais do judaísmo pós-exílico identificados com o Israel em processo de reorganização sobre o limitado espaço geográfico da província de Yehud.

Para além desse relativo consenso na pesquisa histórico-social relativa ao período e ao surgimento da Torá discute-se também em certos segmentos da pesquisa se a obra empreendida não poderia ter sido mais extensa. Nesse contexto de pesquisa histórico-social está localizada a pergunta pela existência de um Eneateuco.<sup>[1]</sup> O termo Eneateuco é um construto teórico similar a outros como ‘tetrateuco’ ou ‘hexateuco’. Em termos de conteúdo significa que, para além dos cinco livros da Torá, a obra representativa do judaísmo pós-exílico teria abarcado também os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis. Assim, essa obra teria formado um grande arco narrativo desde as origens mais remotas (criação), passando pela dádiva das normas mais significativas (deserto e leis do Sinai), pela posse da terra, glórias e misérias da existência estatal autônoma e, finalmente, as agruras da perda da terra, da autonomia e da vida em exílio.

Esse tipo de reflexão sobre a composição do Pentateuco ou da Torá como um todo ou também desta hipótese da existência de um Eneateuco é caudatário de perspectivas interpretativas surgidas com o *canonical approach*, isto é, a tendência de ser ler o texto bíblico a partir de sua versão final. Tal perspectiva teve seu início com a obra de Brevard Childs<sup>[2]</sup> nos Estados Unidos, sendo o enfoque depois recepcionado e variado por grande número de autores.<sup>[3]</sup> No caso do Pentateuco, o pesquisador alemão Martin Rose chega a afirmar programaticamente que se deve “empunhar o Pentateuco pelo fim”.

## Legitimidade e limitações

Esse tipo de abordagem ‘canônica’ da literatura bíblica é legítima e até necessária. É legítima, porque se busca perceber (novamente) as estruturas e as linhas-mestras que o texto bíblico recebeu por ocasião de sua compilação enquanto grandeza literária maior ou canônica. Ela é necessária, porque com outros olhares pode ajudar a perceber dimensões que muitas vezes se perdem com o tipo de análise histórico-crítica e especialmente de crítica literária que propõe uma demasiada fragmentação do texto.

Cumpra, porém, indicar logo que este tipo de leitura canônica, em que se busca perceber as estruturas maiores da literatura hebraica em sua estrutura, carrega em si um vício metodológico insanável: fica-se adstrito às macro-estruturas sociais. Para dizê-lo na metáfora de uma pintura e sua moldura, neste tipo de análise se privilegia a moldura do conjunto e não a beleza e o multicolor da pintura em si.<sup>[4]</sup> Em perspectiva analítica, isso quer dizer que a leitura canônica sempre tenderá a perceber o que os textos em seu conjunto canônico significavam para as macro-estruturas da sociedade que deu forma ao conjunto. No caso do Pentateuco ou mesmo de um Eneateuco, isso significa perguntar pelos interesses maiores dos grupos dominantes vinculados à estrutura do reinado (na época final do período monárquico) e do templo (no período do pós-exílio). Nesse nível, a produção de literatura está vinculada com satisfação de interesses e projetos macro-sociais como o Estado e o templo e a própria identidade nacional.

Em termos de perspectiva interpretativa, há diferenças bem marcantes em relação ao tipo de leitura que parte das unidades literárias menores chamadas de ‘perícopes’ e que postula sua localização e o seu sentido no cotidiano das unidades sociais básicas da sociedade como a família, o clã, a aldeia. Esse tipo de leitura tem sido forte na América Latina e tem em Milton Schwantes um habilíssimo intérprete.<sup>[5]</sup> Ao privilegiar as perícopes, Schwantes pergunta fundamentalmente pelos atores sociais nessas unidades de vida alocadas em geral em espaços socialmente periféricos nas aldeias e nas cidades dos tempos bíblicos. “A dinâmica social que produziu perícopes literárias deve integrar nossa hermenêutica de reapropriação e atualização de tais escritos. Se os dissociamos de suas origens, talvez corramos o risco de entregá-los de mão beijada aos detentores do poder...”<sup>[6]</sup> Com a ênfase nas perícopes e no lugar social originário dos textos nas unidades sociais primárias se dá o acesso às alegrias e aos sofrimentos do cotidiano da vida das pessoas nos templos bíblicos. Foca-se o rosto, os pés, as falas, os olhos, os jeitos, os caminhos e os descaminhos das gentes bíblicas.

É evidente que desde uma perspectiva de leitura popular latino-americana, a partir dos sofrimentos e das esperanças do povo simples, a leitura dos textos a partir das pequenas unidades é muito importante e irrenunciável. Porque com isso hermenêuticamente mantém-se o vínculo com o cotidiano da história, enfatizando a experiência concreta da vida como eixo mediador para além dos limites temporais que separam autores e leitores dos textos. Experiência e cotidiano passam a ser elementos-chave para o acesso ao núcleo de sentido dos textos. Descuidando-se disso, corre-se o risco de ficar refém dos sentidos outorgados pelos interesses dos grupos que determinaram a estruturação dos conjuntos literários maiores, que são sempre secundários e muitas vezes cooptadores dos sentidos propostos nas unidades menores.

Ao discutir aqui a possibilidade da existência de um Eneateuco queremos trazer à tona essas questões hermenêuticas. Não queremos aqui reprisar as discussões literárias havidas na pesquisa acadêmica em décadas passadas, mas colocar em foco como questões sociais e de política interna e externa podem ter influenciado decisões que se tornaram marcantes para o recorte de unidades literárias maiores do judaísmo pós-exílico.

## Pós-exílio, forças sociais e aliança

Para o entendimento de nossas reflexões deve-se levar em conta o momento histórico da época do pós-exílio. Yehud ou Judá é uma pequena província persa, recém-criada durante o século V a.C, dentro dos limites da chamada “política de tolerância persa”. Neste espaço geográfico limitado, os grupos sociais presentes devem buscar equacionar suas relações. O império persa, por decorrência de nova estratégia de dominação, concede certa liberdade de reorganização social, econômica e religiosa. Para isso, há incentivos para a reconstrução do templo e da cidade, reorganização das relações sociais abaladas por desavenças no passado e presente e por eventos de guerra. Há possibilidades de (re)organizar a memória coletiva e assegurar identidade.

No cenário desta pequena província periférica estão presentes, representadas e atuantes forças sociais distintas.<sup>[7]</sup> Por um lado há camponeses judaítas empobrecidos, remanescentes na terra; por outro lado, há judeus ricos, provenientes da gola, representantes e descendentes da antiga elite. Representam, por assim, a ‘linha oficial’. Credores

e devedores, leigos e oficiantes do culto. Há claros conflitos, porém passíveis de soluções, como é atestado por Neemias 5. Há ainda outros grupos, que não estão diretamente presentes no espaço geográfico, mas estão vinculados com os eventos ali realizados, tais como os samaritanos e judeus em várias regiões da diáspora, como na Babilônia e no Delta do Nilo, no Egito. <sup>[8]</sup>

Em decorrência da política imperial e por intervenção de forças sociais internas, os judeus desta província gozam da liberdade e da possibilidade de, enquanto grandeza social subordinada, re-construir a sua identidade histórica. Para isso, o próprio império fomenta obras públicas como a reconstrução dos muros, da cidade e do templo. Há também esforços no sentido de reunir documentações representativas dessa nova coletividade em formação.

Há coleção de documentos, tradições, narrativas, e especialmente de textos normativos no sentido de dispor de um conjunto literário, histórico, legal e teológico. O que está em jogo é a construção de identidade étnica do povo daquela província. Neste processo, as genealogias desempenham um papel importante, pois permitem estabelecer uma ligação com as gerações passadas e especialmente estabelecer dentro de um quadro referencial de parentesco a relação deste grupo com os grupamentos de seu entorno.

A Torá veio a ser o documento representativo de nossa coletividade em construção. Há muitíssimas discussões sobre os detalhes formativos desse conjunto literário. <sup>[9]</sup> Certo é que os conteúdos da Torá estão perpassados pela idéia de aliança ou de pacto (social, religioso), palavras usadas para expressar o termo hebraico de *berit*. Deve-se, pois, trabalhar com a concepção de que o próprio momento de ‘reconstrução nacional’ sugere, exige e permite a participação dos diferentes grupos dentro do processo de formação, redação ou composição nas memórias da coletividade. É possível e até provável que alguns grupos tenham desempenhado maior protagonismo que outros em determinados momentos do processo, como há de ter sido o caso dos sacerdotes. No geral, porém, pode-se pressupor um *acordo* entre os grupos mais ligados às tradições profético-sociais e outros mais ligados à *golah* e ao sacerdócio. Em termos redacionais, costuma-se dizer que os primeiros estariam representados na perspectiva deuteronômico-deuteronomista e os segundos, na sacerdotal. <sup>[10]</sup>

Estes e outros fatores hão de ter contribuído para que, neste momento histórico e face ao desafio de constituir ou construir uma identidade ao povo de Israel, se formasse algo como uma ‘comissão de redação’ deste documento representativo do judaísmo da época.

Não se trata da criação de algo *ex nihilo*, isto é, a partir do nada, mas de coleta e junção de leis e tradições com perfil diacrônico distinto, representativas e conhecidas do povo. A memória histórica, tradições, leis, normas, tabus, promessas e esperanças deste povo serão alocadas dentro deste *opus novum* literário, histórico e teológico, no qual elementos importantes do passado do povo estarão mitificados.

Para a pesquisa está claro que o Pentateuco é historicamente um produto derivado deste intento de constituição de identidade do judaísmo pos-exílico. Há discussão, contudo, entre pesquisadores quanto à pergunta se um *Pentateuco* era objetivo ou se ele não foi antes o subproduto parcial deste esforço, podendo ter servido como grande prólogo para uma obra bem maior, um provável Eneateuco, do qual uma parte significativa já estava pronta e reconhecida.

## A base

A pergunta pela possibilidade de um Eneateuco leva em consideração um dos aspectos principais convergentes na pesquisa do Pentateuco dos últimos tempos que é a de que o Deuteronômio e a tradição deuteronomista são a pedra de toque para elucidar a questão da composição da Torá ou da obra maior do Eneateuco. <sup>[11]</sup>

Tomando a época persa como o momento histórico para a formação de uma obra que será posteriormente conhecida como Torá ou Pentateuco, é muito provável que neste período já tenha existido como conhecida e quase ‘canônica’ uma obra historiográfica que apresentava dados importantes da história do povo hebreu. Trata-se da Obra Historiográfica Deuteronomista.

Sob o nome de Obra Historiográfica Deuteronomista (OHD) entende-se o conjunto de materiais que abrange os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis e que tem ou tinha o Deuteronômio como a sua introdução legislativa e teológica. <sup>[12]</sup> É um obra compilada sob o impacto da profecia. Nesta obra há coleções menores, “já existentes quando de seu surgimento” <sup>[13]</sup>. Ao ter o Deuteronômio como sua introdução, esta obra apresenta uma retrospectiva da história do

povo hebreu, indicando especialmente sua legislação fundante, contida nas leis do ‘código deuteronomico’ (cap. 12 a 26) e ampliada nas ‘leis deuterônicas ampliadas’ (incluindo cap. 5-11). Após indicar as bases legislativas, é descrita a conquista da terra de Canaã, o estabelecimento da autonomia nacional (tribalismo e monarquia), culminando, ao final de toda a obra, exatamente na perda desta autonomia com o dismantelamento da estrutura estatal e a crise do exílio. Esquemáticamente teríamos o seguinte:

$$Dt + Js + Jz + Sm + Reis = OHD$$

Na pesquisa estima-se que a OHD tenha sofrido várias redações ao longo de seu processo de formação.<sup>[14]</sup> É também amplamente aceito que o mais tardar no final do exílio e certamente na época do pós-exílio a obra está concluída e gozando de aceitação especial. Neste período, pode ter acontecido também a junção da OHD com outros textos proféticos, passando a formar-se o núcleo ampliado da posterior segunda parte do cânon chamado de ‘Profetas’ (*nebi'im*).

Assim, pode-se trabalhar com o postulado de que no final do exílio e na época persa tenha existido já um material histórico e legislativo relativamente vasto, que procurava prestar contas sobre as origens e a trajetória histórica do povo de Israel e especial dar respostas em termos teológicos à pergunta pelas causas da perda da autonomia de Israel sobre a terra prometida por Deus a este povo. É a base existente. A partir daí pode-se e deve-se perguntar sobre o processo de ‘crescimento’ do material literário, isto como é que materiais constantes nos livros de Gênesis a Números foram relacionados com a OHD. Trata-se, paradoxalmente, de um processo de *adição*, mas também de *subtração* ou *cesura* de material. Trato de discutir as adições para depois comentar a subtração.

## Adições

Parece-me que além da preocupação com a completude histórica, um forte motivo para a adição de materiais a OHD pode residir em conflitos de interesses ideológicos. A OHD está permeada pela chamada ‘ideologia deuteronomista’, na qual se toma axiomas fundamentais das leis do Deuteronomio como fundamentos para a avaliação da história. A unicidade de Yahveh, o aniconismo nas representações divinas, a centralidade do culto no santuário central e o davidismo são axiomas importantes. A perspectiva deuteronomista por sua vez é devedora e herdeira de impulsos a partir da atuação de figuras proféticas. O conflito ideológico relaciona-se com a perspectiva sacerdotal, que no deuteronomismo ocupa um lugar secundário. Por isso, a hipótese é de que as adições constituem um misto de revisão e correção desde a perspectiva sacerdotal. A centralidade exclusiva do templo e dos sacerdotes como seus agentes autorizados possibilitaria este processo de revisão e adição.

Há duas perspectivas possíveis no que tange à anteposição do material dos livros de Gênesis a Números antes da OHD. Por um lado, poderiam ter sido concebidos, como um longo *prólogo* para a OHD já conhecida e existente. Por outro lado, poderiam ter constituído uma espécie de *obra paralela*. De qualquer forma estaríamos, assim, diante de uma ampla obra histórica e teológica que procuraria dar testemunho da história do povo de Israel desde as suas origens primordiais (criação), passando por suas raízes em processo de peregrinação (patriarcas) e libertação (êxodo), sua legislação fundante (Sinai e Horebe), suas tradições de autonomia nacional (tribalismo e monarquia), chegando à crise geral na época do exílio. Em termos esquemáticos teríamos o seguinte esquema:

$$Gn + Ex + Lv + Nm + Dt + Js + Jz + Sm + Rs = ENEATEUCO$$

Tanto numa perspectiva quanto na outra, o material seria basicamente o mesmo, mas o decisivo seria a dominância da perspectiva sacerdotal na disposição do material. A questão é muito complexa e aqui só podemos apresentar algumas perspectivas. Vamos tentar fazer isso com base no material legal.

É tomado como dado da pesquisa que o Deuteronomio deve ser tomado como “pedra angular” para a determinação diacrônica dos conjuntos legislativos alocados na Torá. Em perspectiva diacrônica, a Torá abriga e incorpora de forma justaposta coleções distintas de leis. Tais coleções ou códigos, segundo os pesquisadores, têm sua origem em lugar e época diferentes na história do povo hebreu.

O livro de Deuteronomio recebe, em geral, a datação mais exata. Desde o início do século XIX, iniciando com percepções do exegeta alemão Guilherme de Wette, seguidas de inúmeros trabalhos adicionais, vem-se defendendo na pesquisa uma relação entre o núcleo do Deuteronomio (Dt 12-26) com o “livro da torá” (*sefer há-torah*) mencionado em 2 Reis 22-23 como havendo sido encontrado por ocasião de reformas no templo e utilizado pelo rei Josias como base jurídica de seu governo. Apesar das muitas controvérsias a respeito,<sup>[15]</sup> conseguiu-se com isso

estabelecer uma datação relativa para um importante código de leis incorporado no Pentateuco. O núcleo do livro de Deuterônômio é, pois, afirmado como um código de leis do final do século VII a.C., surgido em Jerusalém e aproveitado pelo rei Josias e sua coalizão para dar suporte legal à chamada *reforma religiosa e social*. O material legal e ético do Deuterônômio, que já articula fragmentos textuais anteriores, passa por reedições posteriores. [\[16\]](#)

A partir desta datação do Deuterônômio com sua linguagem própria, conseguiu-se um fundamento razoavelmente firme para a datação *relativa* de outros conjuntos legislativos.

O código da aliança (Ex 20,22-23,19) é afirmado como sendo o código de leis mais antigo de Israel. A adjetivação como código ‘mais antigo’ pode referir-se a duas possíveis datações. Tradicionalmente, é visto como um conjunto legislativo da época de transição do tribalismo para a monarquia. Mais recentemente e retomando enfoques da pesquisa de séculos passados, vêem-se afirmando que a composição deste conjunto de leis de Ex 20,22-23,19, muito provavelmente, é produto do final do século VIII a.C. [\[17\]](#)

Na pesquisa também é longamente discutida a datação de dois códigos de leis do livro de Levítico. O chamado ‘código da santidade’ (Lv 16-27) é afirmado como sendo um conjunto de leis formuladas ou adaptadas às condições de Israel na época do exílio na Babilônia. [\[18\]](#) Também o chamado ‘código da pureza’ (Lv 11-15) pode ter sido uma pequena coleção de leis com existência autônoma antes de sua inclusão na obra que formará o Pentateuco.

Outras coleções menores também recebem datações diferentes. Assim, por exemplo, o ‘decálogo ético’ (Ex 20; Dt 5), apesar de sua ‘idade mosaica’, é concebido como sendo originário de épocas diversas ao longo da história de Israel. O intento de uma datação mais exata provém do alemão Frank Crüsemann que afirma que o Decálogo é um produto entre Oséias e o Deuterônômio, portanto entre o século VIII e o final do século VII a.C. O chamado ‘decálogo cultural’ (Ex 34,10-26), em alguns trabalhos, tem sido assignado para os tempos do aprimoramento de uma consciência monolátrica em Israel, provavelmente no século IX a.C., nos tempos de Elias e Eliseu. O chamado ‘decálogo siquemita’ (Dt 27), há décadas atrás, foi afirmado por G. von Rad como sendo uma pequena coleção de leis possivelmente dos tempos do tribalismo.

Além de leis, a Torá também contém muitos materiais não-legislativos como genealogias, mitologias e narrativas. Mas o que predomina são as leis. Elas formam o seu núcleo. Por trás da justaposição das coleções de leis com perfil diacrônico diferenciado poderia estar um princípio persa da não-revogação expressa de leis anteriores quando da edição de leis novas. [\[19\]](#)

As leis ou os conjuntos de leis como parte da memória histórica do povo hebreu, apesar de seu perfil diacrônico diferenciado, com marcas de seus momentos históricos originantes, são alocados dentro da estrutura maior da Torá como ‘revelação’ de Deus. Com isso as leis e os valores éticos nelas veiculados passam a receber fundamentação divina, assegurando também validade atemporal para muito além do contexto originário. [\[20\]](#)

Pelo modo como os materiais do Pentateuco estão dispostos em perspectiva sincrônica, as leis estão fundamentalmente inseridas dentro da ‘perícope do Sinai’ (Ex 19 a Nm 10) na forma de revelação de Yahveh para o povo hebreu através do mediador Moisés. Ali está o coração! Na seqüência sincrônica da disposição do material, após uma segunda migração pelo deserto, parte das leis é rerepresentada na forma de quatro discursos de Moisés para o povo antes da entrada na terra. Isso se dá no livro de Deuterônômio. Com isso se estabelece uma paralelidade ou até uma oposição aparente entre dois blocos legislativos: Sinai X Deuterônômio. Analisando mais detalhadamente, fica claro que, na disposição sincrônica do conjunto, cabe primazia ao material da perícope do Sinai, pois aí, em termos mais restritos, estão as ‘leis de revelação’. Com isso já estaria dado um primeiro passo na revisão da concepção deuteronomista em prol de uma perspectiva mais sacerdotal. Na perspectiva da composição sacerdotal, não o Deuterônômio, mas as leis do Sinai seriam as leis fundantes do povo de Israel.

Outro passo de revisão em perspectiva sacerdotal está dado pela disposição dos materiais legais dentro da perícope do Sinai.

Cabe lembrar brevemente o arco narrativo deste bloco para perceber o detalhe. A perícope do Sinai tem seu início em Ex 19, com a chegada do povo hebreu ao Monte Sinai. Logo se dá a revelação dos 10 mandamentos diretamente ao povo (Ex 20,2-17), seguido de uma negativa do povo quanto à revelação direta. A partir disso, Moisés passa a ser o intermediário. Segue-se a comunicação do conjunto de leis que a pesquisa identifica como sendo o ‘código da aliança’ ou ‘livro da aliança’ (Ex 20,22-23,19), tomando-se o nome do bloco da ocorrência desta expressão em Ex 24,7. No próprio texto de Ex 24,1-11 descreve-se a celebração de uma aliança entre Deus e o povo de Israel diante de Yahveh no monte, inclusive com comidas rituais.

A partir de Ex 24,12 inicia um bloco literário novo que passa a focar o tema do tabernáculo ou da tenda da reunião. Este se estende até o final do livro de Êxodo. Primeiro há um anúncio de como a tenda deveria ser a arquitetura do edifício (Ex 25-31), depois se narra a sua efetiva construção (Ex 35-40). Entre o anúncio do projeto arquitetônico e sua realização há um *intermezzo* em Ex 32-34 que é deveras importante para a compreensão do todo. Ex 32 relata de forma mítica o episódio da construção do ‘bezerro de ouro’. Como Moisés tarda a descer do monte, o povo, sob a condução de Arão, constrói um objeto cúbico, que será tomado por Moisés, ao descer do monte, como motivo para a ruptura da aliança anteriormente feita (e relatada em Ex 24,1-11), quebrando as tábuas desta aliança (Ex 32,19). Segue-se aí a descrição da atividade intercessora de Moisés em favor do povo, com o argumento de que é povo de dura cerviz ou propenso para o mal (Ex 32,23). Há matança dos transgressores. Por fim, Yahveh se deixa compromissar em nova caminhada com o povo, porém não mais de forma imediata, mas através de um mensageiro e intermediário. Em Ex 34 segue-se, então, a narrativa de uma nova celebração da aliança com a feitura das novas tábuas da aliança. Uma pergunta que tem preocupado muitos pesquisadores é: o que estava escrito nas novas tábuas? Hoje a tendência está orientada sentido de que o nelas estava escrito o que vem a seguir, isto é, o chamado decálogo cúbico em Ex 24,10-27.<sup>[21]</sup> Com essa perspectiva, o material legislativo de cunho histórico-profético ou deuteronomista encontrado em Ex 20-24 estaria desautorizado ou relativizado, passando a ser substituído por uma pequena coleção de leis que enfoca basicamente a adoração exclusiva a Yahveh (Ex 34,10-27). Este ‘decálogo cúbico’ passará a ser complementado por uma ampla série de leis de cunho cúbico-sacerdotal contida no livro de Levítico.

Neste sentido, a disposição dos conjuntos de leis dentro da perícope do Sinai dá outro passo significativo para a revisão do material deuteronomista. Não mais o decálogo ético de Ex 20 e as leis predominantemente sociais do ‘código da aliança’ (Ex 20,22-23,19) marcam o fundamento da relação de aliança entre Israel e Deus, mas os conteúdos de cunho cúbico-sacerdotal em Ex 34,10-27 e as leis levíticas passam a ter primazia. Assim, a perspectiva sacerdotal domina todo o conjunto literário anterior ao Deuteronomio. O próprio Deuteronomio ou as leis deuteronômicas passarão a ser vistas como uma espécie de adendo memorial à revelação do Sinai ou de recapitulação desta!

Um passo a mais é dado através de um movimento de deslocamento quanto ao lugar onde Yahveh pode ser encontrado. O início da perícope do Sinai se dá com a chegada ao Monte Sinai (Ex 19). Suposto está que o *monte* é o lugar de morada deste Deus. Ao final do livro de Êxodo, com a conclusão do tabernáculo da reunião, dá-se um deslocamento da nuvem do monte Sinai para o tabernáculo (Ex 40,34-38). A partir daí, a *tenda* passa a ser o lugar de encontro com Deus e Moisés ou quem o representa será o intermediário mais qualificado.<sup>[22]</sup> É inegável que por trás disso está a perspectiva sacerdotal!

Há muitos detalhes a serem investigados quanto ao processo formativo do material de Gênesis a Números e sua eventual ligação com a Obra Histórica Deuteronomista formando um hipotético Eneateuco. Aqui só foi possível fazer alguns destaques em termos gerais. Sobretudo quisemos destacar que, neste eventual ‘projeto Eneateuco’ como obra representativa do judaísmo pós-exílico, a perspectiva dominante da redação é sacerdotal.

## Subtração

Tal obra extensa, porém, dificilmente poderia ser aceito como um “documento autorizado” pelo poder persa dentro dos parâmetros da sua chamada “política de tolerância”. Os motivos são evidentes. O relato de uma conquista violenta de áreas geograficamente localizadas fora da província de Yehud, como é descrito no livro de Josué, e a descrição ou a projeção de um estado monárquico autônomo de Israel e de Judá (monarquia unida e dividida) indubitavelmente seria interpretado como uma afronta direta ao próprio poder imperial persa. Neste caso, far-se-ia necessário efetuar um *corte* ou uma *subtração* de material. Em termos de conteúdo, tal corte deveria ou poderia acontecer da melhor forma no final do atual livro de Deuteronomio. Com as devidas adequações, o conjunto de Gênesis a Deuteronomio poderia, assim, servir como documento normativo, histórico, teológico do povo de Israel, podendo receber a devida chancela do poder persa.

Assim, por motivos de ordem histórico-sociais ter-se-ia o surgimento de um Pentateuco, basicamente na disposição do material como o temos hoje:

Gn + Ex + Lv + Nm + Dt = PENTATEUCO

A situação de Judá no período persa, porém, não possibilitava as condições para expressar as projeções ou a história

de Israel como nação em autonomia política, embora situacionalmente destituída da autonomia plena e da posse da terra. Isso possivelmente foi o motivo principal para a realização do corte no final do livro de Deuterônômio, dando, assim, lugar para o surgimento do atual *Pentateuco* ou sua forma anterior. Com a supressão do relato da conquista no livro de Josué e da ampla descrição da existência de Israel como nação politicamente autônoma, evitar-se-ia qualquer conflito com o poder imperial persa. Essa renúncia às projeções de ampliação territorial, porém, veladamente continuam presentes na Torá sob a forma de *promessas* dadas por Deus aos antepassados. Há, porém, uma diferença entre promessa e relato histórico de conquista!

A renúncia a conflitos com o poder persa ajuda a entender o porquê da cesura do Eneateuco após o livro de Deuterônômio. Possivelmente ajuda a explicar outros traços marcantes no final do Pentateuco como o dado de que a profecia é subordinada à Torá e a Moisés. Em Deuterônômio 34,10, Moisés é apresentado como o maior e mais privilegiado elemento de mediação entre Deus e o povo. Moisés é o maior dos profetas. Este “Moisés”, porém, já representa e simboliza as próprias leis da Torá, bem como o seu centro autoritativo que é o templo. Com isso, na perspectiva da elaboração da obra da Torá, a profecia, os profetas, o cânon profético e suas projeções históricas e teológicas ficam relegados a um plano subordinado em relação à Torá, ao Sinai e ao Tabernáculo/templo. O texto de Dt 34 marca possivelmente o momento de transição do ‘processo de canonização’ para a idéia de ‘canonização’, na medida em que com a cesura no final do Deuterônômio determinada grandeza literária é definida com status especial, propriamente canônico.<sup>[23]</sup> A partir daí somente a Torá será tido como documento judaíta autorizado e chancelado pelo poder persa. Profetas e Escritos terão um lugar derivado no cânon. O Sinai terá a primazia como lugar mítico para a dádiva das leis. Somente o Tabernáculo-templo será o lugar apropriado para a morada de Deus. Tal subordinação da profecia também pode ter favorecido projeções de poder de grupos que a partir do pós-exílio passaram a controlar a Torá e sua interpretação, bem como administrar a central identitária de Yehud, que é o próprio templo.

## Concluindo

Neste artigo tratamos de discutir a possibilidade da existência de uma obra extensa que agregava a Obra Historiográfica Deuteronomista (OHD) com os materiais de Gênesis a Números, formando um grande arco narrativo desde as origens mais remotas até a experiência do exílio. Com a adição dos materiais de Gênesis a Números tem-se trabalho de composição, no qual há disputa entre uma tendência deuteronomista e outra sacerdotal. Entendemos que, na disposição sincrônica dos materiais dentro desta obra, especialmente na Torá, a perspectiva sacerdotal tornou-se dominante. Essa possível obra, enquanto hipótese literária, sofreu cesuras ao final do Deuterônômio, com rearranjo de materiais, dando origem a atual forma da Torá ou Pentateuco e aos Profetas como segunda parte do cânon hebraico. Limitações dentro da política de tolerância persa possivelmente contribuíram para a formatação desta literatura teológica, histórica e jurídica representativa do judaísmo pos-éxilico.

Texto publicado em:

*Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v. 60, Petrópolis, 2008, p.145-157.

---

[1] Sobre isso, ver o trabalho de Martim ROSE, *Empunhar o Pentateuco pelo fim! A investidura de Josué e a morte de Moisés*, em: Albert de PURY (org.), *O Pentateuco em questão. As origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 100-117.

[2] Brevard S. CHILDS, *Biblical Theology in Crisis*. Nova York, 1970.

[3] Um notável representante deste tipo de leitura canônica da Bíblia é também o alemão Rolf RENDTORFF em sua *Introdução do Antigo Testamento* [Neukirchen-Vluyin, Neukirchener Verlag, 1983] e especialmente também na sua *Teologia do Antigo Testamento* (2 volumes). Ver também do mesmo autor: *Der Text in seiner Endgestalt. Schritte auf dem Weg zur einer Theologie des Alten Testaments [= O texto na sua forma final. Passos no caminho para uma teologia do Antigo Testamento]*. Neukirchen-Vluyin, 1997.

[4] Sobre ver minhas observações em *A Moldura ou a Pintura? Sobre a Introdução ao Antigo Testamento de Rolf Rendtorff*, disponível em: <

[WWW.haroldoreimer.pro.br](http://WWW.haroldoreimer.pro.br) >.

[5] Ver Milton SCHWANTES, *A família de Sara e Abraão: texto e contexto de Gênesis 12-25*. Petrópolis:Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1986. Neste sentido também vai o comentário do autor sobre Gênesis 12-25 a ser publicado breve na série *Comentário Latino-americano* pela Editora Loyola, São Paulo.

[6] Milton SCHWANTES, *Interpretação de Gn 12-25 no contexto de uma hermenêutica do Pentateuco*, em: *Estudos Bíblicos*, n. 1, Petrópolis, 1984.

[7] Sobre isso ver, Frank CRUSEMANN, *O Pentateuco, uma Torá*. Prolegômenos à interpretação de sua forma final, em: Albert de PURY (org.), *O Pentateuco em questão. As origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 283-296.

[8] Sobre isso ver, Rainer KESSLER, *Sozialgeschichte des alten Israels. Eine Einführung*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2006, p. 138-192. [Esta obra está em processo de publicação pela editora Paulinas, Brasil].

[9] De destaque na pesquisa recente é o trabalho de Erhard BLUM, *Studien zur Komposition des Pentateuch*, Berlim, De Gruyter, 1989; ver também Erich ZENGER, *Die Tora als Kanon für Juden und Christen*, Freiburg e outros, Herder, 1996.

[10] Isso corresponde aos níveis redacionais de “composição deuteronomista” e “composição sacerdotal” na obra de Erhard BLUM, *Studien zur Komposition*.

[11] Sobre isso, ver Frank CRUSEMANN, *A Tora. Teologia e história social da lei do Antigo Testamento*. Petrópolis, Vozes, 2002.

[12] Essa tese remonta à obra de Martin NOTH, *Überlieferungsgeschichte des Pentateuchs*, Königsberg, 1943. Cf. a respeito o texto de Jorge PIXLEY no presente volume de RIBLA.

[13] Ver a respeito Milton SCHWANTES, *Sufrimento e esperança no Exílio. História e teologia do povo de Deus no século VI a.C.* 2 edição. São Leopoldo, Oikos, 2007, p. 29-73.

[14] Em geral, costuma-se falar de duas redações importantes: uma redação mais triunfalista na época de Josias, outra, de cunho mais reflexivo na época do exílio, na Palestina.

[15] Uma dessas controvérsias é uma visão positiva ou negativa do Deuteronomio e da reforma josiânica. Cf. a respeito Shigeyuike NAKANOSE, *A Páscoa de Josias. Metodologia do Antigo Testamento a partir de 2Rs 22,1-23,30*, São Paulo, Paulinas, 2000. Outra controvérsia é se o Deuteronomio deve ser situado ou não em época exílica como um projeto utópico para Israel / Judá. Cf. a respeito em CRUSEMANN, *A Tora*, p. 242ss.

[16] Sobre isso, ver Pedro KRAMER, *Origem e legislação do Deuteronomio: Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos*, São Paulo, Paulinas, 2006.

[17] A base para essa perspectiva é CRUSEMANN, *A Tora*; ver também Haroldo REIMER, *Leis de mercado e direito dos pobres*. *Estudos Bíblicos*, n. 69, Petrópolis, 2001, p. 9-18.

[18] Diferente é a tese de Erhard GERSTENBERGER, *Das 3. Buch Mose: Leviticus*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1993, que nega a existência de tal código.

[19] Ver a respeito, CRUSEMANN, *O Pentateuco, uma Torá*, p. 284ss; ver também Jean Louis SKA, *Introdução à leitura do Pentateuco*, São Paulo, Loyola, 2003, p. 179-198 [= Características básicas da literatura antiga].

[20] Sobre o todo do processo da fundamentação divina, metafísica das leis e da ética do antigo Israel, ver Eckard OTTO, *Theologische Ethik des Altes Testaments*, Stuttgart, Berlim; Köln, Verlag W. Kohlhammer, 1994.

[21] Sobre isso, ver CRUSEMANN, *A Torá*.

[22] Aqui agradeço impulsos a Sandro GALLAZZI, *O projeto sadocita do segundo templo*, em: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana*, v. 23, Petrópolis, 1996, p.123-132; ver agora em: IDEM, *Ensaio sobre o*

Pós-exílio (vol. I) Os mecanismos de opressão, Macapá, 2003, p.1-9.

[23] Ver a respeito, Georg BRAULIK, Das Deuteronomium und die Bücher Ijob, Sprciwoörter, Rut, em: Erich ZENGER (ed.), Die Tora als Kanon für Juden und Christen, Stuttgart, Herder, 1996, p.61-138.